



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

-----No dia trinta do mês de setembro do ano de dois mil e dezasseis reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Lousada. A Mesa foi constituída pelo presidente da Assembleia Jorge Magalhães e secretariada por Maria de Lurdes Castro e Mário Sérgio Cunha com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1 - Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município; -----

-----2 - Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais – "Projeto de Natação", para o ano letivo 2016/2017; -----

-----3 - Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais do Fornecimento de Energia, nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020; -----

-----4 - Aprovação da Repartição de Encargos Plurianuais do projeto de execução relativo à empreitada " Beneficiação da EM 561 desde a EN 207 (Ordem) à EN106 (Sousela); -----

-----5 - Aprovação de atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Cernadelo e Lousada (S. Miguel e Sta. Margarida), para a Construção da Capela Mortuária de Cernadelo; -----

-----6 - Reconhecimento de Interesse Público Municipal – José Fernando Ribeiro Magalhães – Proc. Nº 214/RSP/15;-----

----- 7- Aprovação dos investimentos previstos nos empréstimos a MLP no valor de 2.200.000.00€ e 795.000.00€; -----

----- 8 - Empréstimo de médio e longo prazo, no valor de 2.200.000.00€, destinado ao financiamento do projeto de investimentos na Requalificação da Rede Viária Municipal;-----

----- 9 - Empréstimo de médio e longo prazo, no valor de 795.000.00€, destinado ao financiamento do projeto de investimentos na Requalificação de Equipamentos Desportivos; -----

-----10 - Compromissos Plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica; -----

-----11- Lousada Séc. XXI – Atividades Desportivas e Recreativas - E.M. – Relatório de Execução Orçamental e Financeira - 2.º trimestre de 2016.---

----- Com a sessão marcada para as vinte e uma horas, não havendo quórum, procedeu-se à chamada às vinte e uma horas e trinta minutos tendo respondido à chamada: António Carlos da Cunha Pacheco, Sandra Maria Ferreira Teixeira, Sandra Maria Leonor Pereira da Silva, Maria de Lurdes Oliveira e Castro, Virgínia Luzia dos Santos Monteiro em substituição de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, João Amadeu Mesquita Baptista Ferro, Fátima Marisa da Silva Pereira, Antero de Sousa Correia em substituição de João Carlos Pinto Correia, Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto em substituição de João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho, Sónia Cristina Lourenço Ribeiro, Mário Sérgio Teixeira da Cunha, Abílio José Barbosa Pacheco em substituição de Manuel Campos de Sousa Neto, Filipa Maria Jesus Dias Ventuzelos em substituição de Nelson Ângelo Coelho Oliveira, Cidália de Lurdes Pereira Neto, Carlos André Gomes Santos em substituição de Ricardo Filipe de Moura Ribeiro, António Filipe Cardoso Barbosa, José Bernardino Pinto Nogueira, José Manuel Teixeira Gonçalves, António Esteves, Agostinho Paulo Teixeira Moreira em substituição de Ana Sofia Martins Bessa, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Avelada, Adão António Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei, Armando Jorge Mota Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Lodares, José Martins Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, Adrião Paulo de Sousa Mendes, presidente da Junta de Freguesia de Sousela, Elisa Maria Ferreira Cardoso Rosa Mesquita Pinto, presidente da Junta de Freguesia de Torno, Antonio Fernando Morais da Silva, presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém, Eduardo António Sousa e Castro Taveira, presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida), Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem, Joaquim Ferreira Pereira representante legal de João Fernando Pinto Magalhães, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas, Armando da Costa Silva presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão), Fausto Manuel da Costa Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares Pias Nogueira e Alvarenga e Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães, num total de trinta e três membros. Estiveram também presentes o senhor presidente da Câmara Pedro Machado e os senhores vereadores Leonel Vieira, Manuel Antonio Nunes, Agostinho Gaspar Ribeiro, Cristina Moreira, Maria Cândida Novais e António Augusto Silva.-----

----- O presidente da Mesa declarou aberta a sessão -----

----- PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O presidente da Mesa começou por informar que o ponto sete da ordem do dia foi retirado por indicação da Câmara Municipal, dado que, o mesmo já tinha sido sujeito a aprovação na sessão ordinária, de trinta de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

junho do corrente ano. E que Abílio José Barbosa Pereira, substitui o membro Manuel Campos de Sousa Neto, que comunicou uma ausência por trinta dias, uma vez que os elementos imediatamente a seguir na ordem da lista Ana Rita Costa Neto e Pedro Teixeira Mendes não se encontravam disponíveis, Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto substitui o membro João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho que comunicou uma ausência por trinta dias, Virgínia Luzia dos Santos Monteiro substitui o membro Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, que comunicou uma ausência por trinta dias, uma vez que o elemento imediatamente a seguir na ordem da lista Ricardo Jorge Ribeiro de Sousa Oliveira não se encontrava disponível, Agostinho Paulo Teixeira Moreira substitui o membro Ana Sofia Martins de Bessa que comunicou uma ausência por trinta dias, Filipa Maria de Jesus Dias Ventuzelos substitui o membro Nelson Ângelo Coelho Oliveira, que comunicou uma ausência por trinta dias, uma vez que o elemento imediatamente a seguir na ordem da lista Alberto Oliveira não se encontrava disponível, Antero de Sousa Correia substitui o membro João Carlos Pinto Correia que comunicou uma ausência por trinta dias, Carlos André Gomes Santos substitui o membro Ricardo Filipe de Moura Ribeiro que comunicou uma ausência por trinta dias, uma vez que o elemento imediatamente a seguir na ordem da lista Vera Lúcia Coelho de Sousa não se encontrava disponível e Joaquim Ferreira Pereira substitui João Fernando Pinto Magalhães, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas, como representante legal.-----

----- Justificou a Falta à sessão de trinta de junho de dois mil e dezasseis o seguinte membro: Fátima Marisa da Silva Pereira -----

----- Eram vinte e uma horas e trinta e cinco minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo -----

----- De seguida foi posta à discussão a ata da sessão ordinária de trinta de junho de dois mil e dezasseis.-----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia, passou-se de seguida à votação da ata, que foi aprovada por trinta e três votos a favor e uma abstenção do membro: Antero de Sousa Correia em substituição de João Carlos Pinto Correia. -----

----- Seguiu-se o Período de Intervenção dos Grupos Municipais -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Intervenção da Sra. Sandra Silva do Grupo Municipal “Lousada Viva”

- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente da Assembleia Municipal, senhores secretários, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados da Assembleia Municipal, estimado público e representantes da comunicação social. A coligação “Lousada Viva” vem apresentar o seu sincero agradecimento e profundo reconhecimento aos Bombeiros Voluntários de Lousada, por todo o seu esforço e excelente trabalho, realizado no combate aos incêndios florestais que assolaram o concelho e a região do Vale do Sousa, neste último verão, bem como, na salvaguarda de pessoas e bens. Também aqui quero deixar umas palavras de apreço a toda a população lousadense que colaboraram com os Bombeiros Voluntários de Lousada, quer com donativos, quer com manifestações de solidariedade e gratidão. Ao bombeiro voluntário ferido no combate a um fogo florestal em Cernadelo, desejamos as suas rápidas melhoras. Os incêndios florestais, como sabemos, causam graves e incalculáveis prejuízos, quer para o ambiente, floresta e culturas, quer para os bens públicos e privados. O período crítico do sistema de defesa da floresta contra incêndio que deveria terminar esta sexta-feira foi prorrogado, devido às condições meteorológicas, até ao dia quinze de outubro. Segundo os dados difundidos pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, a área ardida este ano, quase duplicou em relação a dois mil e quinze. Tendo os incêndios florestais consumido até trinta e um de agosto, cento e sete mil cento e vinte e oito hectares. Em contrapartida o número de ocorrências de fogo registadas entre um de janeiro e trinta e um de agosto desceu quase vinte e cinco por cento, face ao mesmo período de dois mil e quinze. Senhor presidente de Câmara, tem conhecimento de qual é a extensão de área ardida no nosso concelho este verão? Comparativamente ao ano anterior, no concelho, tivemos ou não um aumento do número de hectares de área ardida? Senhor presidente, quero que me responda concretamente: quais as medidas implementadas no seu mandato? Quais as que estão ser tomadas no presente? E qual é a estratégia futura para dotar o concelho dos meios necessários para que possam ser evitados, os efeitos catastróficos, resultantes dos incêndios florestais? Gostaria que me esclarecesse se este executivo, por si liderado, já tomou a iniciativa de juntar proprietários e produtores florestais para se criar uma ZIF, que é uma Zona de Intervenção Florestal. E para terminar, verifiquei a ausência para consulta do Plano Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios no *site* da Câmara Municipal de Lousada. Gostaria de saber se ele se encontra atualizado, tendo em conta a sua importância.» -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Intervenção da Sra. Cidália Neto do Grupo Municipal “Lousada Viva”

- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente da Assembleia, restante Mesa, senhores vereadores, senhor presidente de Câmara, colegas deputados e público aqui presente. Em primeiro lugar, senhor presidente, queria congratular-me com uma novidade que li há algumas semanas num órgão de comunicação local, que dizia respeito ao prolongamento do ensino pré-escolar. O senhor vereador da educação dava-nos a novidade de que irão existir atividades para esse período de prolongamento. Ora eu fico muito contente, até porque vim cá duas vezes a este púlpito falar deste problema e de facto fico muito feliz por ver que vai ser resolvido. Pena é que não nos oiçam noutras áreas, noutros problemas, noutra circunstância. Não vou falar no Festival da Juventude, que o senhor presidente já também reconheceu o fracasso da iniciativa, mas não posso deixar de falar no orçamento participativo jovem para este ano, já que o último também foi um fracasso. Este ano, como todos sabem, diz respeito à ampliação e melhoramento do canil municipal. Ora esta é a meu ver, é uma obra premente, porque como todos sabemos, em dois mil e dezoito, vai entrar em vigor a lei que proíbe o abate de animais por sobrelotação. O que eu quero saber senhor presidente é, se já há projectos concretos, como é que está o processo, o que é que está a ser feito para em dois mil e dezoito podermos respeitar a lei. Quero ainda voltar a uma questão, que também já abordei aqui há algum tempo atrás, que apesar de já estar longe no tempo me parece ainda importante voltar a referi-la, diz respeito ao vídeo mapping. O senhor presidente lembra-se de eu o questionar aqui sobre o preço dessa iniciativa, o senhor falou-me em trinta mil euros. Trinta mil euros, na altura, eu considerei e continuo a considerar muito para um espectáculo que foi praticamente a repetição daquilo que foi feito no ano passado e há dois anos, para aí setenta por cento foi o mesmo, mas fico ainda mais espantada quando estes trinta mil euros não incluem o espetáculo teatral. É que se incluirmos o espetáculo teatral nessa atividade, foram feitas essas duas atividades no mesmo dia, estamos a falar de um valor à volta de sessenta mil euros, se calhar até um bocadinho mais se contemplamos todas as vertentes incluídas nessa iniciativa. Ora sessenta mil euros é muito dinheiro, feitas as contas, isto são para aí oito anos de ordenado de muita gente, de ordenado mínimo que é o que a maior parte da população ganha. O que eu quero salientar e que me explique o porque é que com uma companhia teatral tão boa cá em Lousada, como a Jangada, como é que se contrata uma companhia, pagando á volta de trinta mil euros por um espetáculo. Não está em causa o espetáculo porque o espetáculo até era bom, devo dizer, tinha bastante qualidade, mas se era bom e foi tão caro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

era preciso também saber rentabilizá-lo. E eu acho que não foi conseguido. E não foi conseguido porquê? Primeiro, a população foi envolvida, é um aspeto positivo. Segundo, a maior parte das pessoas não estavam preparadas para aquele espetáculo, porque para ver aquele espetáculo era necessário um conjunto de conhecimentos que as pessoas não tinham. Ora como resolver esta questão e envolver a população? Era muito fácil, bastava envolver as escolas. José Saramago é um dos escritores do programa do secundário, fazia todo o sentido que os nossos alunos do secundário, pelo menos, fossem envolvidos. Podia não ser só benéfico para eles, como eles podiam também ser agentes na transmissão em casa, do espetáculo que se iria realizar, poderiam preparar os familiares, amigos para ver o espectáculo daquela qualidade e que implicavam uma série de conhecimentos prévios. Isso não foi feito, não foram envolvidas as escolas. Os nossos alunos fazem uma viagem daqui até Mafra, quase todos os anos é feita essa viagem, se não numa escola em várias, para verem o espetáculo teatral relacionado com o Memorial do Convento de Saramago. E quando nós temos aqui um espetáculo, tão bom, não se faz este trabalho de envolvimento das escolas. Eu acho lamentável realmente como é que isto acontece. De facto estamos a falar de muito dinheiro para no fim se conseguir concretizar tão poucos objectivos. Portanto gostava que me explicasse, realmente, esta questão.» -----

----- Intervenção do Sr. Armando Silva presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão): «Senhor presidente de Câmara eu trazia aqui três questões, da qual me parece muito importante responder a elas. A primeira passava por Centro Saúde de Lustosa. O Centro Saúde de Lustosa, como o senhor presidente de Câmara sabe passou por uma vontade muito grande da união de freguesias de resolver o problema das obras. E na altura o senhor presidente até concordou e depois as coisas deram volta de forma que nunca mais se voltou a falar, não há nada em concreto, pelo menos que a Junta tenha conhecimento, do desenvolvimento do que se tem feito em relação ao Centro de Saúde. A questão era, se de facto está em andamento o projecto, se está pronto e se tem alguma ideia de quando vão começar as obras do Centro Saúde de Lustosa? A segunda questão senhor presidente passa por colocação dos LEDs. Os LEDs foi uma das coisas que de facto, no início, foi uma grande coisa que toda a gente apoiou, é uma mais-valia, não há dúvidas. Pela parte que me toca, é verdade, recebi muitos elogios. Elogios esses, que eu fazia sempre questão de lembrar que era a Câmara que estava privilegiada nessa parte. Mas temos um problema como sabe senhor presidente, temos várias luminárias



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

que já não dão há algumas semanas ou meses e temos, pelo menos uma rua, por completo, que não tem iluminação, porque parece que a solução está a ser difícil de resolver. Eu gostava que o senhor presidente me respondesse a esta questão, que era, o porquê de demorar tanto a resolver o problema das avarias? Se é dificuldade de não haver LEDs, se realmente o problema dos LEDs, que vieram para ajudar por um lado em termos de iluminação e vieram prejudicar depois na manutenção ou nas reparações. Até porque também gostaria que me dissesse, se de facto, as avarias, tudo continua igual. Avaria e reparação com a EDP ou se é a Câmara que assume essa reparação. Há outra questão que eu tenho, por muito respeito que eu tenha aos meus colegas presidentes de Junta. Eu como presidente de Junta vou falar aqui da etnia cigana. Eu respeito tanto como a qualquer pessoa que está aqui. A pergunta passa por, se não seria e não ficaria bem a esta Câmara, depois de ter integrado três famílias de etnia cigana nas habitações sociais de Lustosa, se não ficaria bem a esta Câmara ter um simples telefonema ou uma simples reunião com a Junta, para dar conhecimento que a partir da data x iam ser integrados naquelas habitações sociais pessoas de etnia cigana. Não tenho nada contra os ciganos, já tive que reunir com eles esta semana, mas o que é certo é que se tivéssemos conhecimento de que ia ser ocupado aquele espaço com pessoas de etnia cigana, certamente que nos teríamos preparado melhor para responder a muitos problemas que já existem na freguesia de Lustosa. Portanto eram estas três questões.» -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo presidente da Assembleia Municipal e restantes membros, excelentíssimo presidente da Câmara, excelentíssimos vereadores e vereadoras, caros colegas da Assembleia. Como veremos no ponto a seguir, nas informações remetidas pelo presidente, volvidos três anos de mandato, vivemos no melhor, no mais bem organizado, se assim se pode dizer, e provavelmente o concelho com a melhor qualidade de vida do país. Tantas são as obras, tantas são as festas, tantas são as organizações e as mexidas no concelho. Mas quem nos diz isso, na verdade, é o órgão oficial de propaganda do concelho que é pago por todos nós, porque a realidade é bastante diferente. Três anos volvidos e nós podemos pegar aqui em alguns pontos que já aqui foram trabalhados e já aqui foram tratados, nós verificamos que no quotidiano, na realidade das pessoas, as coisas não são assim e não são como a Câmara nos quer mostrar que são. Podemos pegar na educação, já que agora iniciou o ano lectivo e a Câmara dedicou inúmeras páginas ao assunto. Como



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

prevíamos e como já aqui dissemos várias vezes o planeamento na construção dos centros escolares foi e continua a ser uma verdadeira tragédia. Há escolas a mais para alunos a menos. Este é um assunto que a cada ano que passa se agravará e que só não vê quem não quer. E isto tem consequências claras. Mas pegando ainda no assunto dos centros escolares e nós já denunciámos aqui várias vezes e o vereador Leonel Vieira também já o disse, há vários centros escolares com problemas muito graves nos acabamentos, quer nas estruturas, quer nos equipamentos. E isto é verdade e é tão verdade que recentemente ocorreu uma auditoria aos últimos sete centros escolares. É possíveis nós termos acesso a essa auditoria? Melhor, eu acho que devíamos exigir o acesso a essa auditoria. Um documento escrito que nos mostre o que foi encontrado, quais as deficiências, quais os problemas que levaram a que estes centros escolares, construídos há muito pouco tempo, fossem alvo de uma auditoria. A verdade, e nós também já o dissemos aqui, é que houve muitas vezes incompetência, displicência e desleixo na forma como a fiscalização das obras foi feita, não é a primeira vez que o dizemos, mas voltamos a referi-lo aqui.» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia: «Eu queria informa-lo que ultrapassou o tempo em dois minutos. Eu pedia-lhe se puder abreviar a sua intervenção e depois tem a parte seguinte.» -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: (continuação) «Eu não vou abreviar a intervenção, posso é passá-la para o ponto seguinte ou também posso propor à Mesa que me retire tempo de intervenção no ponto seguinte e que me permita acabar agora. A verdade é que este problema também não reside apenas nos últimos sete centros escolares que foram construídos. Quase todos eles foram construídos com equipamento de qualidade bastante duvidosa e com fiscalização também bastante duvidosa. Mas ainda na educação, continuamos com o flagelo das turmas mistas, que é verdadeiramente um flagelo. Eu sei e já referi aqui que a última responsabilidade das turmas mistas é dos diretores, mas também não deixa de ser verdade que a variável mais importante na constituição das turmas mistas está relacionada com a falta de planeamento ou com o mau planeamento da construção e da definição da rede escolar. E isto é grave e é grave porque há centros escolares, não deve ser alucinação minha, mas o centro escolar de Santo Estevão de Barrosas está provavelmente condenado a encerrar, considerando o número de alunos que tem e a dimensão com que foi construído. Mas é um exemplo claro de bom planeamento e de boa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

estratégia em termos de definição da rede escolar. Ainda na educação, era importante referirmo-nos às AECs, para a Câmara tudo funciona bem. No entanto todos os anos existem reclamações e este também já me chegaram algumas, sobre possíveis irregularidades nos concursos e às vezes um pouco de ausência de transparência. Estamos à espera de averiguar e assim se acontecer também lá chegaremos. Mas além disto, parece-nos, por aquilo que verificamos no terreno e também por aquilo que alguns responsáveis nos têm dito, que há uma ausência de estratégia no planeamento daquilo que são as AECs. E esta ausência de planeamento acaba também por fazer com que muitas vezes o horário das AECs colida com aquele que deve ser o horário das áreas curriculares. A introdução por exemplo da expressão dramática, não entregue à Jangada entregue a outra associação, sabendo que a Jangada é altamente financiada pelo município, e que deveria desenvolver um plano, uma estratégia, algo relacionado com a expressão dramática ou com o teatro no concelho, é exemplo claro ou exemplo paradigmático também desta ausência de estratégia naquilo que é a definição das AECs. As Juntas de Freguesia e a relação com as Juntas de Freguesia. Encomendado não teria sido melhor, o excelentíssimo presidente da Junta de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) acabou de fazer aqui um exemplo claro e inequívoco da falta de diálogo que existe com as Juntas de Freguesia em questões reais e muito concretas que afetam a vida das populações. A fachada daquilo que são as visitas às freguesias ou as presidências abertas são apenas isso, fachada e propaganda política, campanha permanente ao longo do ano. Porque no fim o que é que resulta? Zero. A nós acusaram-nos muitas vezes, dizer que fazíamos a política da torneira que pinga ou da lâmpada que estava fundida. Não era verdade, mas mesmo que fosse verdade, chegamos aqui e dizíamos que havia uma torneira que pingava ou uma lâmpada que estava fundida e apresentávamos situações concretas e reais para resolver. Coisa que nunca aconteceu porque várias vezes aqui questionamos e nunca nos deram resposta a isso. Iluminação pública, também encomendado não seria melhor. Nós fomos sempre favoráveis à questão dos LEDs, votamos favoravelmente o empréstimo para os LED. No entanto o problema está aí e agravou-se, o excelentíssimo presidente da Junta que aqui falou antes de mim, referiu isso claramente, não só não repuseram algumas das lâmpadas e as avarias mantêm-se, como continuam a haver pessoas que nunca tiveram e dificilmente terão iluminação pública à frente de sua casa. Juntas que têm ofícios com anos, que não são respondidos. Mas isto é um problema menor. Recolha do lixo, também é uma maravilha por aquilo que os presidentes de Junta e os ofícios que sistematicamente nos chegam e nos são



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

comunicados. É claramente insuficiente, é claramente deficitário o sistema de recolha de lixo, a instalação de contentores e de pontos de recolha selectiva. Rede viária, parece que agora vamos ter um investimento avultadíssimo, vamos ter que reaprovar os empréstimos aqui, mas são obras que nunca vimos no plano estratégico ou nas grandes opções do plano, nunca lá estiveram, como não estavam muitas outras que agora parece que são as obras do mandato. Mas tudo isto demonstra uma clara noção daquilo que é a realidade, naquilo que é estratégia para o concelho, naquilo que estava pensado a médio/longo prazo para este mandato. Rede de água e saneamento, volvidas duas décadas e meia quase, continuamos a dizer que se fazem ramais de água e saneamento. É daquelas obras que de cobertura, um dia, talvez. A questão das festas, já nem vou falar do dinheiro que se gasta nas festas, acho que isso quase que seria insultuoso, se dissesse aqui aquilo que a Câmara gastou nos últimos três anos em festas. Mas mais insultuoso é nós sabermos que essas festas tiveram de retorno, quase zero. Aliás na comunicação social de alguma relevância e não estou a falar nos órgãos de comunicação social pagos pelo município, estou a falar de órgãos de comunicação social com tiragem regional alargada ou nacional, essas organizações do município foram tão importantes e tão relevantes que nunca ou quase nunca saiu uma notícia que não fosse nas páginas pagas. Nunca ou quase nunca saiu uma notícia sobre os eventos que não fosse nas páginas pagas. E isto diz muito do gabinete ou dos gabinetes, eu não sei quantos são, de comunicação do município e do dinheiro que se gasta nesses gabinetes. Urbanismo, mantém-se a grande política do beija-mão, do atraso nas obras, do favor aqui, do favor ali. A captação de investimento, a melhor forma para a definir é, zero mais zero é igual a zero. Nós vemos as zonas industriais que tiveram investimentos avultados como Lustosa, foram deixadas ao abandono, foi permitido que se vandalizassem, foi reinvestido lá dinheiro, e a única coisa que se conseguiu até agora, foi a deslocalização de duas empresas que já eram do concelho para lá. Não há uma verdadeira política de captação de investimento para o concelho. Não há. Verdadeiramente, não há. Podemos anunciar que os empresários de Moçambique e da Colômbia vieram a Lousada. Mas o prenúncio real de investimento no concelho e de criação de emprego é, zero. Mas mais do que isso, a questão do coeficiente de localização de algumas zonas onde existiam indústrias, há muitos anos, faz com que o IMI dessas indústrias tenha aumentado, eu tinha pensado exponencialmente, mas vou utilizar a palavra, brutalmente, aumentou brutalmente, ao ponto de alguns empresários ponderarem a possibilidade de deslocalizarem as empresas. Mas esta é a verdadeira política de captação de investimento para o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

concelho. E para terminar um assunto que tem a ver com a reforma administrativa. Pelo que me disseram, as Juntas de Freguesia e a Câmara receberam um inquérito da DGAL para se pronunciarem sobre a reforma administrativa. Eu gostava de saber se esta Assembleia vai ser consultada ou se a opinião da Câmara Municipal vai resumir-se ao executivo? Tanto mais que estamos a falar de um assunto de muita importância, sabendo também que a resposta a este inquérito é até quinze de outubro. Muito obrigado pela paciência senhor presidente.» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia: «Já agora só para lhe dar nota, teve mais onze minutos.» -----

----- Eram vinte e duas horas e dez minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Alberto Carlos Bessa de Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira.-----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Começando pela intervenção da Dr.^a Sandra Silva. Também eu, já que o assunto foi falado, quero aqui mostrar o meu reconhecimento pelo trabalho impecável que os bombeiros, mais uma vez, tiveram. Nada que me surpreenda porque já estive ligado directamente aquela corporação e sei perfeitamente do trabalho notável que é feito naquela casa, pelos voluntários, pela direção e mais corpos especiais. Relativamente à extensão da área ardida. Como disse e bem a Dr.^a Sandra Silva o período crítico foi estendido, a altura da avaliação é depois de terminado o período crítico, não sei se já há alguns dados mas esses não serão definitivos, adiante poderei dar-lhe nota da área ardida. De qualquer modo não é preciso esperar por esses dados para sabermos que foi mais do que no ano passado. Isso não foi um problema só de Lousada como todos sabemos, aliás a grande dificuldade dos bombeiros aqui em Lousada e na maior parte dos concelhos, foi o facto de não poderem contar com a ajuda de outras corporações, porque não houve concelho que se tivesse safado desta praga. E portanto cada um teve que lutar com as armas que tinha e raramente foi possível contar com a ajuda externa. Relativamente às medidas preventivas. Disse que no *site* da Câmara não consta o Plano Municipal de Defesa com a Floresta, vou confirmar, se não está tem de ser carregada essa informação, ele está aprovado, é atualizado constantemente. E as medidas preventivas que nós adotamos não são muito diferentes dos outros municípios, é necessário seguramente, implementá-las, concretizá-las, mas o problema dos incêndios não se resolve apenas com medidas preventivas. Há aqui de facto um trabalho de consciencialização cívica que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

é necessário fazer, porque todos sabemos que a maior parte dos incêndios se deve a atos criminosos, mais do que outra razão qualquer. É evidente que se pode discutir outras estratégias que são de competência supra municipal, como a política florestal, como o tipo de plantações a fazer e de limites que deviam de existir, mas essa temática tem que ser uma temática e um assunto discutido e decidido a nível nacional. As Câmaras Municipais não tem essa competência, estou a referir-me, por exemplo, à questão dos eucaliptos, que têm um poder calorífico tremendo, contrariamente a outras árvores. Mas não há Câmara nenhuma que possa impor esses limites, sem que haja, uma norma que habilite a fazê-lo. Depois queria-lhe dar nota de que essa sugestão que deixou aqui da ZIF, a Dr.^a Sandra anda há pouco tempo ligada a estas lides e à vida autárquica, se não saberia que aqui há uns anos atrás já foi constituída aqui uma ZIF em Lousada. Foi no meu primeiro mandato enquanto vereador e confesso-lhe que foi muito dececionante, porque não foi fácil convencer os proprietários. Foi de facto muito difícil porque as pessoas não estão habituadas a este regime condominial na propriedade rústica, mas o certo é que nós conseguimos convencer os proprietários das vantagens que iam existir se houvesse uma política partilhada na gestão dos seus recursos florestais. E depois de uma série de reuniões, de encontros, de problemas para resolver, quando a ZIF foi aprovada, acabou o apoio que até então existia para a ZIF. Porque para as ZIFs poderem funcionar é necessário depois apoios para implementar a política florestal. Infelizmente nessa altura acabou e até hoje ainda não foi resolvido este problema. Mas é evidente que é um dos caminhos, não há receitas mágicas como óbvio para controlar este problema, há é medidas, cada uma delas com o seu contributo para irmos minimizando este problema. Mas de facto é um daqueles assuntos em que nós nos sentimos impotentes perante o poder do fogo. Portanto temos que continuar a trabalhar ao longo do ano com todas as medidas que forem julgadas adequadas para fazer face a este problema. Eu lembro que todos os anos atempadamente são feitas diversas reuniões, não só a nível da Comissão Municipal da Defesa da Floresta mas também com o serviço da Câmara e com os próprios bombeiros, para identificar locais de risco, para se fazer fogo controlado na época em que é possível fazer, na limpeza e na identificação de caminhos florestais que são necessários limpar e reparar antes da época dos fogos. Há um conjunto muito diversificado de medidas que são adotadas, todos os anos, não é de agora, já tem muitos anos esse trabalho. Mas depois quando chegamos à fase crítica sentimos que todo aquele trabalho é um pouco inglório, porque o fogo não tem fronteiras e quando começa é extremamente difícil de o controlar. Relativamente à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

intervenção da senhora deputada Cidália Neto. Eu depois ia passar a palavra ao senhor vereador se ele quisesse acrescentar alguma coisa nomeadamente sobre as AECS, etc. Queria só corrigi-la porque disse que eu reconheci o fracasso do Festival da Juventude. Eu nunca disse isso. Eu disse é que me senti triste porque de facto estive no festival, pude confirmar que ele foi muito bem organizado, aliás a ACML está de parabéns pela organização, conseguiu um festival impecável a esse nível, em termos de organização, o cartaz também interessante. E falhou de facto uma coisa, porque o espaço estava preparado para receber muitos jovens e a quantidade de jovens que esteve no festival ficou muito aquém daquilo que era esperado. Foi isso que eu disse. Fiquei dececionado com esse aspeto porque de facto merecia ter lá muita juventude e era isso que todos estavam á espera. Foi isso que eu disse, não ponha na minha boca palavras que eu não disse. Relativamente ao projeto canil. Está em obras já, se tiver oportunidade de passar nas instalações, é no mesmo local e a obra já começou. Relativamente ao vídeo mapping também queria corrigi-la, porque o espetáculo de teatro de rua que referiu não custou trinta mil euros, custou treze mil euros. Eu confesso que fiquei um pouco confuso com a sua intervenção porque dá “uma no cravo e outra na ferradura”, por um lado diz que foi muito dinheiro, não se percebe porque que não foi a Jangada a fazer, mas depois adiante, já diz que é um espetáculo com grande qualidade, mas depois tem grande qualidade mas não foi potenciado. Eu fico, cada vez mais, com a sensação de que a única preocupação que algumas pessoas têm, quando usam da palavra, é para dizer mal. Portanto podem pegar nas coisas melhores, mais fantásticas, mas tem que se dizer mal. Portanto é esta deriva que de quando em vez, pelo menos é essa a perceção que tenho. É evidente que nós tentamos envolver sempre as escolas nas atividades em que se justifica, não se pode envolver em todas. No caso do vídeo mapping é o que tem acontecido, todos os anos, com as oficinas, este ano até com a universidade de Trás-os-Montes com alunos, alguns deles, aqui de Lousada, julgo eu. No teatro de rua envolvemos a comunidade, foi dirigido um convite a muitas associações, aos ranchos folclóricos, aos teatros amadores, e para quem presenciou a peça e conhece as pessoas aqui do nosso concelho há de ter verificado que grande parte dos atores eram nossos concidadãos, maior envolvimento do que este não sei como é que seria possível. Como disse e bem nessa parte foi um excelente espetáculo que as pessoas gostaram, acho que foi uma daquelas apostas que valeu a pena. Depois relativamente à intervenção do senhor presidente da Junta de Lustosa e Santo Estevão. O Centro Saúde depois da nomeação do novo diretor do ACES e também do novo presidente da ARS entenderam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

que o projecto devia ser ligeiramente alterado, naquela altura julgo que transmiti ao senhor presidente, foi-se novamente ao local, fizeram-se afinações e portanto o projeto está estabilizado. Eu ainda há cerca de duas semanas liguei para o senhor presidente da ARS, o Dr. Pimenta Marinho para lhe perguntar qual era o ponto de situação, se já estava pronto o orçamento, para entretanto poder avançar as obras, e o que ele me disse é que já estava a ser ultimado, no sentido de prever a verba necessária para o orçamento de dois mil e dezassete, já contemplar a verba necessária para arrancar as obras. Portanto acredito que no próximo ano tenhamos obra para resolver este problema. Relativamente aos LEDs. É verdade o que o senhor presidente disse, ou seja há ali uma rua que tem lâmpadas fundidas e infelizmente isso não foi resolvido mais cedo porque há, não direi litígio mas uma falta de assunção de responsabilidade entre a EDP e o fornecedor das luminárias. No concurso público internacional que nós lançamos para aquisição dos LEDs exigimos uma garantia de dez anos, a posição da Câmara está sempre garantida. Acontece é que o fornecedor, no caso é a Schreder, diz que o problema foi na rede, terá havido uma sobreensão na rede e quem tem de assumir a responsabilidade é a EDP e não o fornecedor. Portanto não é um defeito de fabrico, foi um defeito de funcionamento da própria rede de iluminação pública. O certo é que enquanto andam a discutir aquilo continua apagado. Nos próximos dias, já arranjam uma solução alternativa, e depois vamos apresentar a conta a alguém, porque de facto é indecente o que se está a passar. Acredito que no futuro este problema já possa não existir porque a Associação Nacional de Municípios Portugueses celebrou um acordo com a EDP, uma vez que agora há cada vez mais Câmaras a adotar esta solução, a EDP também tem de acompanhar essa evolução. E esse acordo já prevê que nas futuras ampliações de rede a própria EDP já vai colocar LEDs e também na conservação de luminárias que estejam obsoletas. No fundo a EDP também vai começar a trabalhar com este material nas suas obras e portanto de futuro, embora a gente vá ter cautela de ficar sempre com algumas de reserva para estes casos, nunca nos passou pela cabeça que pudesse ter acontecido o que aconteceu, e como nós tínhamos todas colocadas não tínhamos essa reserva e foi por isso que aconteceu este problema que no futuro, em princípio não irá acontecer. Poderá haver avarias na mesma mas haverá capacidade de resposta para se resolver o problema no imediato. Depois relativamente à questão da família de etnia cigana. É evidente que quanto mais informação nós pudermos partilhar melhor mas também me parece que não é pelo facto de serem desta etnia, mesmo que seja de outra, tudo bem, acho bem que se partilhe a informação ao máximo com as Juntas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

de Freguesia, no caso com as Juntas que têm no seu território a habitação social. De qualquer modo do conhecimento que tenho, posso não ter uma informação ainda atualizada, mas da informação que tenho não há registo de haver problemas com as famílias. Mas é evidente, como disse, quanto mais informação tivermos e nos podermos preparar melhor para as situações, tanto melhor. Portanto procuraremos fazer esse esforço para partilhar essa informação. Relativamente à intervenção do Dr. Filipe Barbosa, eu depois também ia pedir aqui ao senhor vereador, se depois quisesse acrescentar alguma coisa. Disse que há escolas a mais para alunos a menos. Não há escolas a mais, há efectivamente é alunos a menos. Eu volto a lembrar e a repetir que nós não nos lembramos por acaso de construir as escolas que construímos. Houve um documento que sustentou estes investimentos que foi a Carta Educativa e para isso houve um levantamento de necessidades, houve uma projecção de natalidade, de evolução demográfica, toda essa informação que foi colhida na altura e avalizada pelo Ministério da Educação tem esses pressupostos. É evidente que há uns anos atrás ninguém lhe passaria pela cabeça que a nossa economia tivesse os problemas que teve e decorrente disso a natalidade seguramente que também sofreu bastante. Portanto nós temos é que acreditar que isto há de melhorar e melhorando a economia, os jovens casais irão ter mais confiança também para terem filhos e espero que daqui a uns anos a curva comece novamente a ser ascendente e que este problema deixe de existir. Mas eu volto a insistir que seria bem pior se tivéssemos feito escolas a menos porque aí é que seria grave, se nós tivéssemos feito escolas a menos e os meninos não tivessem as escolas condignas para a sua aprendizagem. Depois relativamente aos centros escolares com problemas nas estruturas, não sei a que se está a referir. Não é o caso, não há problemas nenhuns estruturais, volto a dizer que aqueles problemas que foram identificados pelos senhores vereadores, na reunião de Câmara, são problemas normais nas obras, são sanáveis, são corrigíveis, por isso é que existe as receções provisórias, as definitivas, as cações, é justamente para isso. A questão da auditoria. Não foi ninguém que nos exigiu uma auditoria, fomos nós que decidimos mandar fazer uma auditoria. E essa auditoria não é uma auditoria a todo o edifício, porque não faria sentido, foi a uma parte muito específica da obra, tem a ver com os AVACs e com o aquecimento. Porque são matérias de grande complexidade técnica e os nossos técnicos entenderam que ficariam mais salvaguardados e com uma opinião mais fundamentada se, se pedisse essa avaliação externa e nessa medida foi o que nós fizemos, pedimos a uma empresa especializada para nos fazer essa auditoria, foram verificadas algumas inconformidades e agora vão ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

notificados os empreiteiros para as corrigir. Sendo certo que se não o fizerem voluntariamente temos as cauções, exactamente para isso. Portanto eu queria salvaguardar os técnicos, há aqui uma mania recorrente de dizer mal dos nossos técnicos municipais. A Câmara pode-se orgulhar da qualidade e da competência dos seus técnicos. Portanto acho que é irresponsável vir aqui dizer que houve desleixo na fiscalização. Sabe perfeitamente que não compete ao presidente ou ao vereador andar a fazer fiscalização, nem temos conhecimentos técnicos para isso, para isso é que existem os técnicos. E eu até à data tenho todas as razões para confiar na capacidade e na responsabilidade desses técnicos e vocês ao virem aqui pôr em causa essa competência, fica-vos mal, porque depois não concretizam nada. Acho que vos fica mal e nada credibiliza o vosso papel. Depois relativamente à questão das turmas mistas, o flagelo das turmas mistas. Dr. Filipe Barbosa há de saber seguramente que há um estudo que foi publicado em abril pelo Conselho Nacional da Educação que retrata esta realidade. E o que nós podemos concluir desse estudo, é que este não é um problema de Lousada ou melhor uma realidade de Lousada, porque a questão se é um problema ou não, nem aí há unanimidade, porque também há professores que reconhecem algumas vantagens nas turmas mistas. É evidente que do ponto de vista pedagógico e eu como não sou minimamente especializado na matéria, parece-me que não será o melhor. Mas é uma realidade de todas as escolas do país, aliás esse estudo diz que um terço das turmas, do primeiro ciclo em Portugal, no primeiro ciclo, são turmas mistas. Se se der ao trabalho de comparar os números de Lousada vai ver que eles não são muito diferentes, estamos um bocadinho abaixo disso, com menos do que a média nacional, mas não somos muito diferentes da realidade do país. É evidente que em termos matemáticos quanto menos escolas se tiver, em teoria, menos turmas mistas haveria. Isso é óbvio, no limite teríamos um centro escolar só aqui no centro e fechávamos todas as outras escolas para não termos turmas mistas. Mas isso não seria uma decisão ponderada, há outros factores a ponderar, já aqui foi dito mais do que uma vez que a preocupação que tivemos aqui em Lousada, e bem na minha opinião, porque mantenho essa opinião, foi de manter uma escola em cada uma das freguesias. E mesmo aí não conseguimos, por exemplo em Santa Margarida, porque é uma freguesia muito pequena, mas tentamos de facto que em cada uma dessas freguesias mantivesse a escola, porque é um fator importante de identidade daquelas comunidades de vivências e de dinamismo. Portanto foi a nossa opção, seguramente que se não houvesse este problema que referi da natalidade provavelmente o problema não se sentia com tanta equidade, porque em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

teoria volto a dizer, haveria menos turmas mistas. Sendo certo que como há também uma rigidez no número de alunos por turma, as sobras, acabam sempre por implicar a determinação de turmas mistas, mesmo que uma escola seja grande, como sabe. As turmas mistas não é só uma realidade das escolas pequenas, nas escolas grandes também há turmas mistas porque depois é impossível conseguir o número certo para perfazer as turmas ou número máximo de alunos por turma. Depois referiu aqui que o centro escolar de Barrosas está condenado, que é um bom exemplo do mau planeamento. Já todos tínhamos percebido que vocês defendiam a não construção daquele equipamento, não foi essa a nossa política. Aliás Santo Estevão é uma freguesia muito especial porque estava muito afastada aqui do centro, isso minimizou-se com aquela variante que fizemos a Lustosa, mas de facto era uma freguesia particular e que deve merecer de todos nós o máximo de carinho, porque eu lembro e quero recordar-vos a todos, o posicionamento que aquela população teve aquando da criação de Vizela. Não só por isso mas também deve merecer de todos nós o máximo de respeito, carinho e atenção. Aquele investimento que a Câmara lá fez do centro escolar, pavilhão e um outro conjunto de investimentos que lá fez, é de todo merecido. Nós não podemos só falar de coesão e depois não a praticar, foi isso que fizemos e foi seguramente nesse contexto que se justificou, e que na minha opinião se justifica, aquela intervenção que nós tivemos naquela freguesia. Depois relativamente às Atividades de Enriquecimento Curricular. Enfim, eu já não me espanta mas confesso que fico triste com esse tipo de intervenções vir para aqui dizer, parece que houve irregularidades, falta de transparência, diga, participe ao Ministério Público ao Tribunal. Eu acho estranho porque não me chegou nenhuma reclamação ou se chegou foi agora nestes dias porque por mim não passou reclamação nenhuma. Os candidatos não reclamam e o senhor vai inventar irregularidades e falta de transparência. Isto é uma coisa muito curiosa. Os candidatos conformaram-se e o senhor vai inventar problemas. De facto fica-lhe muito bem também. Depois relativamente à questão da expressão dramática, não foi entregue à Jangada. Julgo que foi dada a oportunidade à Jangada, julgo que não tinha condições para implementar e ACML agarrou o projecto. Depois disse aqui também que a intervenção do senhor presidente da Junta de Lustosa é o exemplo da falta de diálogo com as Juntas. Nada disso, pelo contrário, aliás o senhor presidente da Junta fez questão de dizer ali que aquando da implementação dos LEDs sempre disse, contrariamente aquilo que fazem outros colegas, sempre disse, sim senhor foi a Câmara. Sempre me disse isso e tem estabelecido sempre comigo um diálogo profícuo até à data e acredito que vá continuar. Acho



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

que distorceu completamente a intervenção do senhor presidente da Junta, porque ele não veio aqui dizer que havia falta de diálogo, ele veio aqui colocar questões pertinentes, às quais eu respondi. Normalíssimo não vejo qual seja a questão. Depois relativamente ainda aos LEDs, referiu aqui também, locais que continuam sem iluminação pública. Sim é verdade ainda temos algumas situações e se calhar vamos continuar a ter, porque eu volto a dizer nós temos que dar prioridade onde há habitações, essa é a nossa prioridade. E temos paulatinamente indo resolver as situações, sendo certo que ainda há algumas que quero a curto prazo também resolver. Depois há outras situações que são mais complicadas, nós andamos num processo de poupança e nesta fase, pelo menos, não há grandes condições para iluminar ruas que não têm casas. É isso que eu tenho dito aos senhores presidentes de Junta, não podemos fazer tudo ao mesmo tempo e enquanto, pelo menos, não tivermos este encaixe da poupança com os LED porque como sabem também só está implementada apenas um terço dos LEDs. Já agora não perguntaram mas eu vou dar-vos essa informação. Nós nas freguesias onde já temos LEDs não foi com empréstimo, foi com uma candidatura aos fundos comunitários, o empréstimo é para a segunda fase. Essa segunda fase, foi aberto um concurso público, eu contava que agora nesta altura, já estivesse o concelho todo coberto mas tivemos que anular esse concurso, porque os concorrentes andaram ali, enfim a guerrear-se uns aos outros e chegamos à conclusão de que nenhuma proposta estava a cumprir com o caderno de encargos e tivemos que abrir um segundo procedimento, e que nesta fase, está em adjudicação para ver se rapidamente implementamos a segunda fase. E significa isso que contamos, depois de ter essa segunda fase implementada, de conseguir aqui uma poupança significativa em termos anuais, que nos vai permitir dar resposta a essas necessidades que referiu. Ainda sobre a questão dos RSUs, disse que são insuficientes, o número de ecopontos e o número de contentores. Também já o disse aqui mais que uma vez, nós temos no terreno, suplantamos o rácio europeu quer para ecopontos quer para contentores. Acontece que infelizmente alguns dos nossos concidadãos não fazem o uso adequado daqueles equipamentos, sobretudo os contentores, todos nós se andarmos minimamente atentos na rua, sobretudo aos fins de semana vemos contentores cheios de relva, cheios de ramos, cheios de coisa que não podem nem devem estar nos contentores. E depois quando é necessário lá colocar o resíduo sólido urbano, o outro cidadão chega lá e vê que de facto não tem onde pôr. Há aqui um trabalho ainda de sensibilização muito importante a fazer, tem sido feito mas temos de arranjar aqui outras formas, outras estratégias, é uma preocupação aqui do senhor vereador do ambiente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

e estamos a trabalhar nesse sentido. Porque o número de contentores que nós temos no concelho deveria ser mais do que suficiente para as nossas necessidades. Depois a rede de água e saneamento. Eu quase todas as Assembleias refiro isso na minha comunicação, porque como sabem, também tem sido um investimento que não tem parado, apesar de não termos tido o apoio de fundos comunitários, continuamos a alocar um conjunto significativo de recursos para continuarmos a investir na água e saneamento.» -----

-----Eram vinte e duas horas e dezassete minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: José Martins Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde. -----

----- Resposta do Sr. Vereador António Augusto: «Basicamente três notas. A senhora deputada Cidália Neto congratulou-se pelo facto de se ter melhorado as atividades dos prolongamentos. É um facto, nós estamos aqui para isso, efectivamente tem-se melhorado e este ano vamos ter, para além da atividade física, vamos ter algumas atividades ligadas à expressão dramática e ao conto, etc. Gradualmente temos vindo e enriquecer as experiências que proporcionamos aos miúdos depois da hora regulamentar do Jardim de infância. Em relação aos horários das AECs, o senhor deputado Filipe Barbosa também abordou. Os horários têm sido negociados com as escolas, embora tenhamos necessidade de alguma flexibilização, e essa flexibilização resulta essencialmente de se considerar a nataçao uma mais-valia, quer pela Câmara quer pelas escolas. Como a piscina é um recurso finito nós não conseguimos colocar todos os alunos na piscina ao mesmo tempo, temos que ter forçosamente alguma flexibilidade para podermos proporcionar, a um conjunto de alunos muito elevado, quer o transporte, quer as aulas de nataçao. Julgo que é uma flexibilidade de horário que se justifica pelo fim para que foi pensada. Entretanto queria reafirmar que convidamos para a expressão dramática a Jangada. A Jangada numa primeira fase achou a ideia interessante, ficou de pensar melhor e depois chegou à conclusão, que a ideia continuava a ser interessante mas não tinha uma estrutura técnica e financeira para abarcar com esse projeto. Disponibilizou-se para trabalhar com a outra entidade e aquilo que nós consideramos é que seria vantajoso então falarmos com a ACML. A ACML abraçou este projeto, aliás a ACML tem uma vocação para as artes, não só para a música, nomeadamente para o ballet e para a dança. E portanto abarcou este projecto e julgamos que vai ser um sucesso porque a Jangada está a colaborar.» -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Resposta do Sr. presidente da Câmara (continuação): «Relativamente à questão recorrente das festas. Já o disse mais que uma vez aqui, nós não queremos um concelho cinzento. Somos um concelho jovem, entendemos que devemos ser um concelho ativo, com dinamismo, com alegria, porque com amargura já basta a vida para a maior parte das pessoas e entendemos que é importante o conjunto de ações e iniciativas que vamos desenvolvendo ao longo do ano, sempre a custos controlados. É evidente que pode haver uma ou outra acção mais especial que fuja um pouco da média das outras ações, mas grosso modo temos sempre ações de custos muito controlados. Depois relativamente ao urbanismo. Enfim voltou a ser infeliz, mas aqui também não há nada de novo, porque esse argumento é recorrente, a política do beija mão. Não é isso que eu sinto, antes pelo contrário, o que eu sinto é que as pessoas valorizam muito a proximidade e o facto de terem o executivo acessível, não só no dia de atendimento, mas a porta da Câmara, às vezes à porta de casa e onde quer que seja. E isso é importante, nós se fomos eleitos é para ter essa disponibilidade, falar com as pessoas e resolver os problemas das pessoas. Chame-lhe o beija mão chame-lhe o que quiser. Eu chamo-lhe proximidade, foi esse o compromisso que eu assumi com as pessoas, é isso que eu estou a fazer e a cumprir. Relativamente à captação de investimento, zero igual a zero. Pois está muito mal informado. Eu sugeria que consultasse o nosso *site*, esta lá atualizada a planta do loteamento, ainda ontem fui fazer mais duas escrituras para o loteamento de Lustosa. Na semana passada recebi mais um investidor, pretende mais dois lotes. Um investidor que é de Baião e eu perguntei-lhe, já agora se me permite porque é que o senhor veio para Lousada? E ele disse, muito simples, pela questão fiscal. Em Lousada paga-se menos impostos. Fez essas contas? (Não é verdade? Posso continuar?) E dizia-me aquele empresário que escolheu Lousada pela questão fiscal. Ali, como sabem, para além da política fiscal favorável que nós desenvolvemos em todo o concelho tem ainda a possibilidade de ficar isento de taxas, isento de IMI e isento de IMT. Portanto eu aconselhava a consultarem porque nós temos atualizado sempre essa informação. E portanto para além daqueles dois pavilhões que vão iniciar o seu funcionamento a muito curto prazo, há outros que vão iniciar também a sua construção. Sugiro também que vá passando aí por outras áreas industriais que não são directamente promovidas pela Câmara, mas também não têm que ser. Aliás as Câmaras só em última instância é que devem ir por aí, para puxar pela economia, porque o ideal é que seja a própria economia a andar por si e os investidores, é o que está a acontecer por exemplo ali em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Boim/Pias, naquela zona industrial, está já em funcionamento mais uma empresa que estava já sediada cá em Lousada mas que aumentou exponencialmente a sua dimensão e quer aumentar também o numero de trabalhadores. Portanto há n exemplos de novos investimentos nos tempos recentes aqui no concelho, acho que está muito mal informado. Depois relativamente aos coeficientes de localização das indústrias. Pegou num ponto pertinente mas depois distorceu-o completamente. De facto houve um novo zonamento não foi uma nova avaliação. E esse zonamento vai de facto ter implicações mas não é para os empresários que estão estabelecidos, porque esses não vão ter nova avaliação por força do novo zonamento. E portanto dizia eu que isso só vai ter efeitos para o futuro, quem está com os seus prédios avaliados não é implicado nesse processo, a não ser que transmita o imóvel, como é óbvio, se houver uma nova avaliação, sim. Mas mais uma vez dizia eu este processo foi feito à revelia da Câmara Municipal. Todos vocês que vão seguindo as notícias vão seguramente vendo algumas posições que vão sendo tomadas, nomeadamente por alguns colegas meus, estou-me a lembrar por exemplo do senhor presidente da Câmara do Porto, que defende que os municípios deviam ter aqui uma competência mais efectiva neste domínio do IMI, também concordo, e mais uma vez fomos confrontados com uma proposta, que não mereceu a nossa concordância, mas o certo é que acabou por vingar mais uma vez. Eu lembro que isto aconteceu precisamente quando o código do IMI foi publicado depois em reunião de Câmara foi aprovada uma proposta para reduzir aqueles coeficientes de localização, e a autoridade tributaria demorou, para aí uns dois anos, a efetivar essa proposta. O Código do Imposto Municipal de Imoveis refere no seu artigo sessenta e dois, que compete à comissão nacional de avaliação dos prédios urbanos: “Propor trienalmente, até trinta e um de Outubro, o zonamento e respectivos coeficientes de localização, as percentagens a que se refere o número dois do artigo quarenta e cinco e as áreas da sua aplicação, bem como os coeficientes majorativos aplicáveis às moradias unifamiliares, com base em propostas dos peritos locais e regionais”. Eu tive algumas reuniões com o perito regional, dei-lhe nota daquilo que acabei de dizer ou seja que era uma opção própria do município ter coeficientes baixos, porque sabemos que é um dos principais factores que determina o valor patrimonial dos prédios e por consequência é um fator determinante do valor do IMI a pagar. Porto foi uma opção do município em tempos estabelecer e propor esses coeficientes baixos e não queria abdicar disso. Insistiu que havia uma distorção muito grande entre Lousada e os outros concelhos, que a receita do IMI iria baixar e era necessário elevar os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

coeficientes de localização. E eu disse-lhe que isso não era um problema do senhor perito, era um problema da Câmara Municipal, era uma opção consciente e que não ia abdicar. O certo é que a proposta mais uma vez foi feita á nossa revelia e agora temos um caso ou outro onde de facto há essa distorção. Estamos a analisar para eventualmente propor mais uma vez uma rectificação a essa situação. Depois relativamente à reforma administrativa. Eu não vi ainda esse inquérito, tenho que ver se o seu teor justificar dar conhecimento aqui à Assembleia, seguramente que o farei, mas julgo que tem visto as notícias e não está previsto mexerem na reforma administrativa antes do próximo processo autárquico. Portanto o governo quer é avaliar a situação para, com tempo, ir preparando uma eventual correção, de uma situação ou outra, alguns acertos, mas vou ver o inquérito e depois, se justificar, naturalmente, que darei conhecimento.» -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PRIMEIRO PONTO: Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município. -----

----- Intervenção da Sra. Cidália Neto do Grupo Municipal “Lousada Viva”
- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente, com muita sinceridade, entristece-me ver o senhor a desconsiderar a minha pessoa, nos últimos tempos, quase do início. Não sei se é porque eu o irrita tanto, mas o que é facto é que o senhor tem que compreender que eu venho aqui fazer-lhe oposição política, e não deixo de o respeitar, como cidadão e como presidente da minha terra. É que nos últimos tempos têm sido acusações do tipo, ou alguém me escreveu o discurso, ou alguém me encomendou algum sermão, ou o meu discurso é incoerente, sou uma troca tintas. Palavra de honra que me entristece isso. Olhe, eu detesto ser tratada por Dr.^a, mas detesto mesmo e não quero que me tratem por Dr.^a, não quero mesmo, que fique aqui claro, mas os meus colegas são Dr. e Dr.^a, eu não sou. Eu vou-lhe dizer e esclarecê-lo que tenho uma licenciatura e um mestrado, tirados com algum brilhantismo, devo-lhe dizer, mas não quero que me trate por Dr.^a. Não sei se foi deliberado ou não, mas há coisas que realmente ficam no ouvido e fica-lhe mal. Peço desculpa por este desabafo mas tinha que lhe dizer. E agora vamos aos factos, ver quem é que “dá uma no cravo outra na ferradura”. O senhor disse-me aqui na última Assembleia, se não na última, na antepenúltima, que o vídeo mapping ficava por cerca de trinta mil euros. Ora, se o vídeo mapping mais a peça de teatro de rua custou cinquenta e quatro mil trezentos e sessenta e seis euros, a que acrescem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

despesas com estruturas, som, publicidade, marketing, refeições, segurança, estamos a falar de mais de sessenta mil euros. Explique-me como é que a peça de teatro custou só treze mil? Eu ainda sei fazer contas. Explique-me isso porque eu não estou a percebê-lo. Depois o senhor diz que eu só venho para aqui dizer mal. O que não é verdade porque várias vezes elogiei aqui algumas obras, algumas atividades da autarquia, como aliás o fiz hoje relativamente às actividades extracurriculares. Portanto, não sou eu que estou sempre a dizer mal é o senhor que quer sempre desconstruir o meu discurso. De qualquer forma, esclarecê-lo de que eu considero o espectáculo bom, um bom espetáculo, mas não é verdade que o espetáculo tenha agradado a todas as pessoas e que o tenham compreendido. Peço desculpa mas isso não é verdade. E o facto de ser bom não quer dizer que se possa pagar qualquer preço por ele, quero frisar isso. E não há nenhuma incoerência no meu discurso.» -----

----- Intervenção do Sr. Armando Silva presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão): «Senhor presidente, ouvi com atenção as respostas que deu às minhas questões. Sim senhor, respondeu da melhor forma, mas eu aqui, em relação ao desconhecimento que esta Câmara tem da atitude dos ciganos, há três semanas para cá, eu queria-lhe dar nota do seguinte: no domingo por volta das seis horas da tarde, ligaram-me muito preocupados, parte das pessoas que habitam as habitações sociais, a dar-me nota que estava a ser assaltado um contentor por trás das habitações sociais que estava lacrado, de um emigrante, que estava repleto de ferramenta. E naquele momento o que é que estava a acontecer, tipo dez, doze ciganos, todos juntos, a tirar tudo que estava dentro do contentor, arrumaram cá para baixo e depois de imediato a tentar guardar para dentro das habitações. Aquilo que eu fiz de imediato que estava bastante retirado de Lustosa, liguei com o GNR de Lousada, por volta da mesma hora, onde me disseram, já vai alguém para o local. Entretanto chego a Lustosa e reúno com a GNR. A GNR diz-me, estivemos no local, houve quem visse de facto fazer o roubo, mas nós não vimos, porque só vimos dois miúdos a brincar e não vimos a fazer o roubo. Senhor agente se toda a gente das habitações viu, durante vinte minutos, a arrombar o contentor e a roubar tudo que estava no contentor, de alguém que não se podia defender porque está na Bélgica, é verdade que vocês com as testemunhas que vos disseram que viram, temos de pegar nisto. Portanto já temos aqui uma nota de alguém que está nas habitações sociais, há três semanas, e à frente a toda a gente, à luz do dia, seis horas da tarde, faz um roubo sem problema nenhum. Depois outra nota, já há, lá no supermercado que temos junto à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Junta, notas de quem lá trabalha intimidados e de roubos em frente às pessoas que lá trabalham. Eu queria dizer com isto, sinceramente, não tenho nada contra os ciganos, mas é verdade que os problemas estão a aparecer e o tempo é pouco. Já reuni com alguns, vou tentar fazer o meu melhor mas há de chegar um dia destes e mais, se esta Câmara estiver interessada em saber o que lá se passa, se lá for, certamente que quem habita nas habitações, que já estão a viver e a dormir sobressaltados, irão contar isto que eu estou a dizer. Quanto à outra nota senhor presidente que eu gostei de ouvir do senhor em relação a Santo Estevão. Eu tenho uma coisa comigo muito boa, quando falam de Lustosa ou de Santo Estevão estão a falar do presidente da Junta também, o senhor falou, eu ouvi com atenção e gostei de ouvir, que a escola e o pavilhão foi feito porque era preciso, concordo. E depois disse que em Santo Estevão há um certo carinho, não discordo com o senhor presidente, acredito que tenha carinho por Santo Estevão mas vou deixar aqui dois pedidos, um deles é que ajude a freguesia e a Junta a legalizar, o mais rápido possível, o prédio onde está a Junta e a sede, que como sabemos tem vinte e alguns anos e não está legalizado. Eu enquanto presidente de Junta não me sinto bem, estando a exercer funções num prédio que não está legalizado. Mostro aqui a minha disponibilidade, algumas coisas já tem conhecimento, mas gostava de ver este problema resolvido, porque preocupa-me, acaba por estar uma Junta num prédio que não está legalizado. Sei que a culpa, não vou dizer que é da Câmara mas o pedido que eu faço é que a Câmara ajude, pelo seu melhor, a legalizar aquele edifício.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Senhor presidente da Assembleia e restante Mesa, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, restantes colegas de bancada, digníssimo público e comunicação social. No dia dois de julho, isto é também de certa maneira para responder em coisas concretas à interpelação do senhor presidente, há bocadinho pediu ao colega de bancada. No dia dois de julho de dois mil e dezasseis, num jornal regional chamado “Tâmega e Sousa” saía a seguinte notícia: “Silves solicita obras em escola, Câmara confirma execução”. E nesta altura era relatada a minha preocupação, enquanto presidente da Junta, do estado de degradação estrutural, não estamos a falar de pequenas reparações, de algumas escolas que fazem parte da nossa união de freguesias. Digo em concreto, mais problemática a escola de Mós que de facto tem um problema estrutural, quando chove, tem humidades por infiltrações. Durante o período de férias, a Junta envidou todos os esforços necessários



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

para que fizéssemos todas as obras que eram da nossa competência e não só para que o ano escolar começasse com a maior tranquilidade possível. A Câmara e muito bem colaborou neste processo, forneceu inclusivamente para Pias, a tijoleira para um conjunto de intervenções ali feitas, tinta, etc. É importante também salvaguardar essa colaboração que existe entre as Juntas e a Câmara. Mas de facto há um conjunto de intervenções que ainda não estão feitas. Eu vou explicar, não só de Mós mas vou explicar mais três ou quatro que são muito importantes e que parecem muito simples. No Jardim Infantil de Nogueira não há estores ou os estores estão completamente degradados, as crianças quando vão comer estão permanentemente a apanhar sol. O mesmo se passa em Pias que não há estores. O mesmo se passa na Boavista que os estores estão completamente degradados. Esta é uma situação que venho a alertar há três anos, no mínimo, até agora zero, não foi feita nenhuma intervenção nessa área. Relativamente à situação do diálogo também gostava de chamar atenção e lamentar o processo que muitas vezes estas coisas decorrem. Há mais de dois anos ou pelo menos a partir de uma visita que foi feita, chamadas visitas presencias que foram feitas às freguesias, em todas elas eu relatei para o senhor presidente da Câmara, após a visita, tudo o que foi conversado, as dificuldades vividas na freguesia e sobretudo no parque escolar. Portanto desde há dois anos para cá a Câmara tem conhecimento de todos os problemas estruturais que as escolas têm. Até agora nada foi resolvido. Numa determinada altura sou alertado, e cá está a situação do diálogo, por uma pessoa de uma escola que os técnicos da Câmara estavam a visitar a escola e a combinar as obras que tinham de ser feitas e tinham na mão um ofício mandado pelos responsáveis, pelos coordenadores de cada uma dessas escolas, para resolver um conjunto de problemas, que eu próprio pedi que fosse enviado ao senhor presidente da Câmara ou ao vereador responsável, para que fossem resolvidos os problemas. Ou seja andei eu dois anos a enviar ofícios a pedir um conjunto de intervenções e zero, uma semana antes, por meu pedido, os coordenadores mandam um ofício para a Câmara, para se fazer um conjunto de intervenções, onde eu pedi para explicar aquilo que seria da competência da Câmara e aquilo que seria da competência da Junta, totalmente discriminado, aparecem os técnicos da Câmara na escola para começar a resolver as obras. Reparem aparecem os técnicos da Câmara para resolver e ver quais são as obras necessárias e senhor presidente da Junta, zero. Não fosse eu ser alertado para a situação, imediatamente me deslocar, já não àquela escola a primeira, mas à segunda para me inteirar dos problemas e vermos em conjunto. Eu acho que é assim que se tem de trabalhar, vermos em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

conjunto, aquilo que era competência da Junta, aquilo que era competência da Câmara resolver, se não fosse isso, ainda alguns dos problemas que entretanto foram resolvidos, só pela Junta. Porque, por exemplo, em Pias a Câmara forneceu e comprometeu-se a fornecer os materiais, verdade pagou ou vai pagar as materiais, foram mandados vir de uma empresa local. A Câmara pediu que eu encontrasse um empreiteiro. Pedi o empreiteiro, pedi o orçamento, entreguei o orçamento á Câmara e disseram-me, sim senhora afinal isto é barato. A obra está feita, está concluída, tudo graças ao empenho da Junta. E quando eu digo isto, eu não estou só a falar de mim, eu acredito que de resto se passe em todas as freguesias. O que é importante de facto é que haja mais sintonia, mais diálogo e perceber que os presidentes de Junta são parceiros efectivos na resolução destes problemas. Senhor presidente mais uma situação, computadores e parque informático nas escolas. Não faz parte das competências das Juntas a reparação do parque informático das escolas, que está obsoleto. Numa era da tecnologia, não há salas de recursos nas escolas, há um computador em cada sala de aula do primeiro ciclo. Os computadores que inclusivamente algumas comissões de pais querem oferecer às escolas, não o podem fazer porque estão limitados, porque a Câmara rejeita a intervenção e doação de computadores às escolas, diz que a competência é da Câmara nessa solução. Não resolve nem deixa resolver. Quadros interactivos que não funcionam em muitas escolas. Eu dou um exemplo, Pias não funcionam, porquê é preciso uma lâmpada que custa trezentos ou quatrocentos euros, não há dinheiro, os professores estão fartos de mandar ofícios para Câmara a pedir esses materiais, desde o ano passado. Computadores que não funcionam, impressoras e materiais que não chegam, não há uma verdadeira política relativamente à situação dos materiais informáticos, dos seus recursos para que os professores tenham as melhores condições para fazer ensino/aprendizagem nas escolas. Depois vão dizer que a prioridade é a educação. Mas a prioridade é a educação, a educação faz-se é no ensino/aprendizagem nas condições efectivas para que os alunos possam aprender e tenham as melhores condições para o fazer, dando aos professores, criando os meios, que a escola tenha as condições de vida. Fizeram-se grandes investimentos nos centros escolares. Sim senhora, parabéns, já aqui foi dito, se são ou não são, se eram ou não eram, ou se devia ser o projeto correto para o concelho que tem a geometria que tem. Agora a verdadeira educação passa, também, por esses apoios simples, sobre tudo no primeiro ciclo que é sempre o parente pobre de todo o processo que os alunos tem. Mais duas notas senhor presidente, gostava de chamar atenção, há bocadinho falou que a Câmara tem gastos inglórios na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

limpeza de caminhos, na prevenção dos fogos florestais. Eu gostava de saber qual foi o gasto feito este ano? Se foi feito algum gasto, qual foi e quanto está previsto para o próximo ano, relativamente à prevenção e traçado de caminhos de acesso florestal para que os bombeiros possam aceder efectivamente aos fogos florestais quando eles acontecerem? Outra situação, tem a ver precisamente agora com o rescaldo dos incêndios. O que é que a Câmara está a fazer para evitar cheias, derramamento de terras em zonas, sobretudo habitacionais, em áreas ardidas que com a erosão dos terrenos podem provocar problemas à posteriori. O que é que está a ser feito? O que é que está a ser planeado, nessa medida para prevenir situações futuras? Uma terceira questão, construção de ramais de saneamento. Temos visto por todo o concelho e é recorrente os técnicos da Câmara dizer assim, “senhor presidente tenha paciência, ainda há pouco abriu o ramal para meter saneamento em Alvarenga e já o quer tapar, espere, porque ainda agora estamos a fazer intervenção em Nespereira, em Meinedo e não sei lá onde, portanto tenha paciência, tem de esperar”. Qual é o planeamento efectivo entre aquilo que são a construção de ramais a sua efectiva ligação e o tapamento das valas de forma correta, de forma a diminuir, em tempo razoável, os transtornos das pessoas que habitam nos locais onde eles são realizados? Acho que tem de haver um tempo razoável. Se nós exigimos à REN, se exigimos às empresas que fazem abertura de valas no concelho o seu tapamento, e muito bem, e o fazem de uma forma efetiva. Qual é a competência do concelho em abrir valas e deixá-las indeterminadamente abertas e muitas vezes nem sequer um pouco de betuminoso é colocado em cima para evitar que os carros naquela situação tenham problemas, e depois até tenham multas e tenham situações que a Câmara tem de recorrer para pagar indemnizações. Portanto é preciso planear com mais tempo, é preciso planear com mais cuidado. Relativamente ao RSU e também um pouco sobre a iluminação. Senhor presidente as pessoas no concreto não se preocupam com a estatística. As pessoas no concreto têm um contentor de lixo à porta de casa que cheira mal, demora dois meses a ser lavado, as pessoas não querem saber de estatísticas nacionais, nem internacionais ou da europa. As pessoas querem o seu problema resolvido. Andam-me a dizer há três anos que está em plano, que está em previsões um plano de reformulação de atribuição de mais ecocentros, concordo, há três anos ou há dois e tal continuamos na mesma. As pessoas quando deitam ervas, lixos que não são lixos domésticos nos contentores é porque não têm outro recurso. Qual é política da Câmara em promover essa recolha de lixos que não são urbanos. É que as pessoas se tiverem soluções, de facto isso é um mau comportamento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

cívico, o problema é que muitas vezes não tem essas soluções. Eu vejo hoje por aí fora, pelo Portugal mais desenvolvido, em alguns concelhos, que os contentores estão todos identificados, estão numerados, estão sinalizados e sabe-se o que cada contentor tem relativamente aos recursos, se está cheio, se não está cheio, quando é que está cheio, em que dias está cheio. Isso está a ser feito? Existe? Como é que se pode planejar? Como é que se pode prever? Como é que se pode resolver, se não houver conhecimento da realidade em concreto? Mandam os ofícios para os senhores presidentes de Junta a dizer, “oh! Senhor presidente de Junta diga-me lá, quais são os contentores que andam cheios?”. Estão a pensar, os senhores presidentes de Junta andar de carro, a abrir os contentores este está vazio, este afinal está cheio. Reparem, se temos uma empresa que é contratada para fazer os recursos, essa empresa tem que dar respostas concretas à Câmara, onde é que está o contentor cheio, onde é que está vazio, quais são os problemas reais de toda a rede de recolha de resíduos urbanos. Os molok colocados aqui no centro urbano, muitos deles estão constantemente cheios, é o caso da avenida Cidade de Tulle, que já me fizeram relatar, por exemplo, onde é terrível, lixo que se acumula, os cães que o espalham. Eu sei que é também um grande problema de falta de civismo das nossas comunidades, mas é da nossa responsabilidade enquanto agentes políticos de promovermos uma política que crie também uma cultura nova em relação a comportamentos cívicos, criando condições necessárias para que algumas situações não aconteçam, como por exemplo, se o contentor é insuficiente, tem de se reforçar, com a existência de outro contentor lateral. Para terminar só a situação da iluminação. A situação da iluminação é catastrófica, senhor presidente, eu tenho lá pedidos e não é em zonas que não têm habitação, há muito tempo, Rua Manuel Neto, em Alvarenga é uma rua que não tem iluminação. Rua de Marnelos, em Silves e uma rua que tem habitações há muito tempo sinalizada, aliás foram feitas obras ainda eu era presidente da Junta de Silves e já na altura se planeava iluminar aquela rua, não tem iluminação. Rua Passadiço de Baixo em Alvarenga, é uma rua que é atravessada diariamente por crianças, que saem na paragem, ali em frente ao senhor Orlando, para vir para a Rua do Souto, não tem iluminação, uma rua extremamente perigosa. Há que anos que este assunto é relatado, pelo anterior presidente da Junta, por mim à Câmara para que seja resolvido. Portanto são situações simples, básicas, se calhar deve ser porque sou eu a pedir. Mas então eu mando outras pessoas, se o senhor quiser. Eu sei que há dias mandei uma pessoa pedir uma lâmpada para casa e ela ficou com o problema resolvida, se for o caso também se resolve.» -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Começando pela intervenção da Dr.^a Cidália Neto, fiquei com a ideia de que a primeira parte da intervenção é mesmo sua. Eu espero que não me levem a mal mas de quando em vez também temos que desopilar um bocadinho. Mas eu vou tentar tratá-la com toda a deferência a partir de agora. Relativamente à questão, ainda do teatro de rua. Volto a dizer que o teatro de rua custou treze mil euros, mas se quiser dou-lhe uma cópia da fatura, se tem duvidas. Aliás se consultar o portalgov, julgo que lá está, todas as adjudicações estão na plataforma. O vídeo mapping que eu saiba custou aquele valor que eu referenciei. Relativamente à intervenção do senhor presidente da Junta da União de Freguesias de Lustosa e Santo Estevão e ao episódio que contou. Vamos inteirar-nos disso e pedir aos nossos técnicos que acompanham, embora já o façam, mas que reforcem no fundo a sua presença e intervenção naquele local, para podermos estar mais perto e poder prevenir. Relativamente à ex-sede de Junta de Barrosas (Santo Estevão) e atual instalações da união de freguesias, certamente que vamos colaborar, aliás já falamos sobre isto, e ver se resolvemos isto o mais rápido possível. Falamos dentro de dias e seguramente que pode contar com a nossa colaboração para esse efeito. Depois a intervenção do senhor presidente da Junta da União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, referiu aqui uma série de situações, algumas com mais de cinquenta anos. Ah, não são, da maneira que fala parece que a Câmara não faz porque não se interessa ou para penalizar o senhor presidente da Junta, quando sabe perfeitamente que não é esse o caso. Aliás de toda a sua intervenção e de todos os problemas que disse existir nas escolas não referiu um único que seja estrutural. A humidade não é estrutural. O problema mais grave que de facto temos para resolver, já está orçamentado, está-se a tratar, não é só estalar os dedos e aparecem soluções. Não sei se na Junta tem essa capacidade, nós na Câmara para cumprir com tudo que são determinações legais e para fazer face também aos constrangimentos, porque apesar de nós termos uma situação equilibrada, as coisas não são fáceis. Portanto está devidamente identificada a situação e o que é necessário na escola de Mós, é fazer a protecção de uma fachada que está com infiltrações, esse é o problema mais grave e que a curto prazo será resolvido, está encaminhado para o efeito. Depois todas as outras questões que falou, não deixam de ter a sua pertinência mas também as próprias Juntas vão colaborando connosco na sua resolução, o senhor também o tem feito, seguramente, mas também recebe por ano uma verba para o efeito. E veio para aqui com muitas considerações, sugestões e críticas à mistura mas também devia dar o exemplo, porque nós dizermos aqui uma coisa e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

depois na prática fazermos exactamente o contrário, acho que não nos fica bem, pelo menos eu não faço isso, e também não gosto, confesso, que o façam. Para termos uma verdadeira relação de parceria tem que haver alguma confiança mutua. E acho que o senhor com as intervenções que vai fazendo aqui e sobretudo depois com aquilo que vai publicando nas redes sociais, etc., não favorece este dito clima de confiança que devia existir. Eu fui eleito para defender os interesses dos lousadenses e para saber respeitar a vontade dos lousadenses. Eu acredito que o senhor preferisse ter outro presidente de Câmara mas tem de me respeitar como eu o respeito a si. E acho que, por exemplo, a Câmara tem estes acordos de execução com a maior parte das Juntas e grosso modo todas elas não escondem essa relação de parceria que existe com a Câmara, mas o senhor faz sempre questão disso. Basta consultar as sucessivas publicações que faz, omite sempre a Câmara, estou aqui a ver uma, por exemplo “continuam as obras no parque escolar, desta vez merecida colocação de tijoleira no pavilhão da EB1 de Pias; portão pintado na JI de Pias, a Junta a trabalhar para si”. É verdade, mas ficava-lhe bem, já não digo dar parabéns a quem quer que seja, mas referenciar que e no âmbito da delegação de competências, uma parceria com a Câmara. Aliás não sei se sabe, por exemplo, nós Câmara Municipal somos obrigados, quando temos acesso a fundos comunitários a publicar aquelas placas que se vê, obra financiada, comparticipada em X. É obrigatório, é-nos imposto no contrato. “A Junta a trabalhar para si, pinturas na JI de Pias, limpeza reparação sarjetas” mas depois há aqui uma, esta aqui de facto é de mestre, tem a ver com a limpeza de valetas em que por coincidência vê-se aqui os trabalhadores a pavimentar uma rua e a fotografia é tirada de tal modo que o camião, nem aparecem as letras da Câmara, uma coisa fabulosa, foi coincidência, acredito. Mas ficava-lhe bem, não só dizer mas fazer, praticar. E depois queixa-se do clima de crispação, não há clima de crispação nenhum, Aliás o senhor referenciou aí algumas observações que não sei quem é que lhas proferiu. Eu não fui o senhor vereador também não acredito, não sei se foi algum técnico, como por exemplo, a propósito das valas, tem que esperar, não sei porque mais, confesso que fiquei um bocado confuso. Relativamente às valas é um aspeto que está identificado e nós queremos melhorar. Enfim é uma coisa recorrente. Aliás está aqui o anterior presidente de Câmara que se chateava constantemente por causa disso. É um ponto que está identificado e contamos a curto prazo criar uma estratégia para controlar essa situação. Às vezes nos próprios, políticos, decisores somos confrontados com as situações, é evidente que nos locais por onde passamos é fácil de controlar, nos outros locais, se essa informação não for reportada é mais difícil.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Portanto vamos criar um mecanismo para controlo dos próprios serviços, porque a Câmara é só uma, não há a Câmara do serviço que abre valas e a Câmara do serviço que tapa. E portanto tem que haver essa articulação e por vezes é preferível retardar as obras e haver depois uma resposta mais eficaz na sua conclusão. Sendo certo que essa reparação também não pode ser imediata por uma questão de consolidação das valas, etc, mas há um limite e por vezes esse limite é ultrapassado e aí estamos, nessa parte, de acordo. Depois referir que as outras questões que referiu das escolas, por exemplo na Boavista, a questão dos estores, neste momento não fará grande sentido sem estar definido a intervenção que vamos levar a cabo. A maior parte das escolas tem estores, não estão é nas melhores condições. Portanto não faz sentido ir substituir estores quando está programada uma intervenção a curto prazo, as outras situações também já estão encaminhadas para serem resolvidas. Depois relativamente ao parque informático é outro assunto que está já também com uma solução, nós vamos, eu agora de cor não sei, são cento e sessenta e oito computadores, salvo erro, e umas dezenas também de quadros interativos. Portanto no próximo PPI vamos ter um investimento considerável para ter todas as escolas com o parque informático renovado, com os quadros interativos. A dificuldade que referenciou do município não assegurar a reparação de alguns computadores têm que ver com questões de assumir responsabilidade em equipamento que não é nosso. Todo o equipamento da Câmara está devidamente referenciado, está no cadastro e por esse nós temos naturalmente que zelar, sendo certo que algum está obsoleto e por isso é que vamos agora proceder à sua substituição. Depois há, por força da dinâmica das comissões de pais, algum equipamento que foi adquirido por essas comissões de pais. E na altura, já há muitos anos entendeu-se e parece-me que é pertinente essa cautela, pareceu que não era adequado os serviços do município repararem porque podia haver. Doação é uma possibilidade mas nunca nos foi colocada essa questão, a possibilidade da doação. De facto se esse património integrar na esfera do município, tudo bem, é uma questão de ver se é possível ou se não é possível. Agora é completamente falso aquilo que disse, de que a Câmara não faz nem deixa fazer. Nós não fazemos mas quem quiser pode fazer, a comissão de pais ou a escola pode proceder à sua reparação. Agora nós não vamos mexer num equipamento que não é nosso, não vamos fazer uma reparação num equipamento que não é nosso. Agora se for viável essa doação, se o equipamento ainda tiver um estado que mereça ser aproveitado, parece-me que poderá ser uma solução, mas que eu saiba ou que seja do meu conhecimento essa possibilidade nunca foi equacionada. Portanto este



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

problema do parque informático vai ter aqui de facto uma melhoria muito grande, vai ficar em excelentes condições também no início do próximo ano. Eu não referenciei gastos com os caminhos florestais. O que eu disse que era inglório é todo o trabalho que é feito ao longo do ano em termos de prevenção e depois chega-se á altura dos incêndios e fica-se com a sensação de que não valeu a pena. O que está a ser feito para prevenir derrocadas. Nós não temos sinalizado nenhum ponto especial, que ofereça especial perigosidade em termos de derrocadas que tenha sido alvo de incêndio. A estratégia que temos é de plantar árvores. Uma das iniciativas que está prevista agora, a curto prazo, é o “Plantar Lousada”, pretendemos plantar cerca de dez mil árvores. É evidente que aqui a natureza pode dar-nos uma ajuda grande, estas chuvas pouco intensas que nos últimos dias surgiram vão ajudar, porque entretanto começa a crescer a vegetação, porque é a solução, é o crescimento de vegetação que vai evitar que haja essas corrências de cinzas. Mas é mais ao nível das cinzas, eu lembro que há uns anos atrás, esteve em causa o normal abastecimento de água, porque começou a chover e toda a bacia do Douro e do Paiva ficou com muita cinza e na estação de tratamento de água viram-se com problemas gravíssimos, porque as cinzas entopem os filtros. Portanto não tenho, mas se tiver identificada alguma situação seguramente que estamos disponíveis para avaliar, não temos registo de haver nenhum caso que ofereça especial perigosidade. Depois ainda sobre a questão dos contentores. Diz que as pessoas não querem saber de estatísticas. Isso é verdade e que não têm soluções para os resíduos verdes. Sim, há muitas pessoas que preferem meter a cabeça na areia e não se chatear, confrontar as pessoas. Nós achamos que devemos exercer a pedagogia. É evidente que quem corta a relva tem sempre espaço para fazer compostagem, isso é óbvio, basta ter a vontade para ter ali um cantinho, basta um metro quadro, para ter compostagem, porque é que há de pegar na relva e nos arbustos e meter no caixote do lixo? É evidente, enfim, não é agradável confrontar a pessoa mas podemos dar-lhe o conselho, compete-nos a todos nós cidadãos e sobretudo mais ainda a nós que temos responsabilidades políticas. Agora dizer que as pessoas não têm alternativa, claro que têm alternativa, não são as pessoas que vivem nos apartamentos que vão pôr relva e arbustos nos contentores, são pessoas que têm jardins e têm espaço para ter uma solução diferente que não aquele. A maior parte das vezes fazem-no de uma forma inconsciente porque nem pensam que pode causar algum problema. Açam que é normal e nem se apercebem daquilo que estão a fazer, compete-nos a nós ir à medida do possível mudando esses comportamentos, essas consciências. É um trabalho que não é fácil mas nós temos que dar esse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

contributo em vez de ir pela solução mais fácil. A solução mais fácil era daqui a pouco termos de dez em dez metros um contentor, não pode ser. Portanto, eu volto a dizer o número de contentores que existem no concelho são suficientes para a população de Lousada, é evidente que pontualmente pode ser revista uma ou outra situação, nomeadamente pela localização da proximidade ou não ao contentor. Mas Lousada não tem um problema de falta de contentores, tem sim um problema, como outros municípios tem, de uma deposição indevida de alguns resíduos nos contentores. Portanto estamos disponíveis e imbuídos nesse espírito de mudar essas mentalidades e esperemos também encontrar nos senhores presidentes de Junta e na população em geral aliados nessa estratégia. Depois relativamente à iluminação pública, os casos que referenciou também já estão encaminhados. Agora temos que perceber que não é só uma questão de vontade, é uma questão também de investimento, porque quando é colocar uma lâmpada, o investimento é reduzido, quando é necessário fazer rede o investimento começa a pesar. Há aqui uma ou outra situação que de facto são obras muito simples, há outras que não. Aliás até há uma obra que você nunca referenciou, pelo menos os serviços não têm a noção disso, que é a Rua Passadiço de Baixo em Alvarenga, este aparentemente será um novo, o senhor diz que já tem três anos mas não encontramos registo dessa. Portanto dizia eu que subjacente a esta dificuldade de resolver atempadamente, conforme nós desejávamos todos estes problemas, tem que ver também depois com os investimentos que são necessários, mas grosso modo a maior parte das situações, nós a curto prazo também iremos resolver.» -----

----- SEGUNDO PONTO: Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais – "Projeto de Natação", para o ano letivo 2016/2017 -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número um do seguinte teor: "A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a autorização prévia da repartição de encargos financeiros por dois anos económicos distintos de acordo com os seguintes valores: ano de 2016 – 51.678,00€ (cinquenta e um mil, seiscentos e setenta e oito euros) + IVA e ano de 2017 – 103.356,00 (cento e três mil, trezentos e cinquenta e seis euros) + IVA", para a concretização do "Projeto de Natação", atividades físicas e desportivas integradas na atividade de enriquecimento curricular para os alunos do 1.º ciclo dos estabelecimentos do ensino público do concelho para o ano letivo 2016/2017, em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

cumprimento do disposto na al. c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.”-----

----- A proposta número um foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos. -----

----- Não tendo participado na votação o seguinte membro: Fátima Marisa da Silva Pereira -----

----- TERCEIRO PONTO: Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais do Fornecimento de Energia, nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 -----

----- O Sr. Fausto Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga, perguntou se não há baixa de consumo com a utilização dos LEDs . -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Isto é uma mera estimativa com uma base de segurança. Portanto a expectativa é essa, que não venha a ser necessário tanto, mas temos que prever o pior cenário.»-----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número dois do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a autorização para a assunção do compromisso plurianual do fornecimento de energia, para cumprimento do disposto na al. c) do n.º 1 do artigo 6.º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho, e cujos valores e anos de execução se prevêem distribuídos da seguinte forma: ano de 2017: 401.671,51€ (quatrocentos e um mil, seiscentos e setenta e um euros e cinquenta e um cêntimos); ano de 2018: 803.343,01€ (oitocentos e três mil, trezentos e quarenta e três euros e um cêntimo); ano de 2019: 803.343,01€ (oitocentos e três mil, trezentos e quarenta e três euros e um cêntimo); ano de 2020: 401.671,51€ (quatrocentos e um mil, seiscentos e setenta e um euros e cinquenta e um cêntimo), com IVA incluído” -----

----- A proposta número dois foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----

----- QUARTO PONTO: Aprovação da Repartição de Encargos Plurianuais do projeto de execução relativo à empreitada " Beneficiação da EM 561



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

desde a EN 207 (Ordem) à EN106 (Sousela) -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número três do seguinte teor: A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a autorização prévia da repartição de encargos por dois anos económicos de acordo com os seguintes valores: ano de 2016 – 306.305,55€ (trezentos e seis mil, trezentos e cinco euros e cinquenta e cinco cêntimos) e ano de 2017 – 475.611,74€ (quatrocentos e setenta e cinco mil, seiscentos e onze euros e setenta e quatro cêntimos), com IVA incluído, para a execução da empreitada de “Beneficiação da EM 561 desde a EN 207 (Ordem) à EN 106 (Sousela), em cumprimento do disposto na al. c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.”-----

----- A proposta número três foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----

----- QUINTO PONTO: Aprovação de atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Cernadelo e Lousada (S. Miguel e Sta. Margarida), para a Construção da Capela Mortuária de Cernadelo; -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número quatro do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação de um subsídio à Junta de Freguesia de Cernadelo e Lousada (S. Miguel e St.ª Margarida), no valor de 29.792,00€ (vinte e nove mil, setecentos e noventa e dois euros), para a construção da Capela Mortuária de Cernadelo, conforme o disposto na al. j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro” -----

----- A proposta número quatro foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----

----- SEXTO PONTO: Reconhecimento de Interesse Público Municipal – José Fernando Ribeiro Magalhães – Proc. Nº 214/RSP/15; -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número cinco do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Municipal de Lousada o reconhecimento de interesse público municipal na regularização do estabelecimento e exploração destinada à atividade pecuária, sita na Rua de Barrelas, n.º 220, freguesia de Aveleda, requerida em nome de José Fernando Ribeiro Magalhães – Processo 214/RSP/15, conforme informação técnica da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística e despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de doze de agosto de dois mil e dezasseis, em cumprimento da al. a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014 de 05 de novembro, atualizado pela Lei n.º 21/2016 de 29 de julho.” -----

----- A proposta número cinco foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----

----- SÉTIMO PONTO: Aprovação dos investimentos previstos nos empréstimos a MLP no valor de 2.200.000.00€ e 795.000.00€; -----

----- Este ponto foi retirado da ordem do dia por indicação da Câmara Municipal de Lousada. -----

----- OITAVO PONTO: Empréstimo de médio e longo prazo, no valor de 2.200.000.00€, destinado ao financiamento do projeto de investimentos na Requalificação da Rede Viária Municipal; -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número seis do seguinte teor: A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a autorização para a contratação de um empréstimo a médio e longo prazo, destinado ao financiamento de projetos de investimento na “Requalificação da Rede Viária Municipal”, até ao montante de 2.200.000.00€ (dois milhões e duzentos mil, euros), ao Banco BPI,SA, em conformidade com o disposto na alínea f) do n.º 1 e n.º 4 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com o n.º 5 do art.º 49º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, dado que a proposta número cinco, aprovada na sessão deste órgão de trinta de junho, do corrente ano, encontra-se sem efeito, no seguimento da anulação do contrato de financiamento celebrado entretanto, conforme deliberação da Câmara Municipal de vinte e sete de setembro do corrente ano” -----

----- A proposta número seis foi aprovada por vinte e um votos a favor e treze abstenções dos seguintes membros: Sandra Maria Leonor Pereira da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Silva, Virgínia Luzia dos Santos Monteiro em substituição de Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, Fátima Marisa da Silva Pereira, Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto em substituição de João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho, Abílio José Barbosa Pacheco em substituição de Manuel Campos de Sousa Neto, Cidália de Lurdes Pereira Neto, António Filipe Cardoso Barbosa, José Manuel Teixeira Gonçalves, Agostinho Paulo Teixeira Moreira em substituição de Ana Sofia Martins Bessa, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, Armando da Costa Silva presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão), e Fausto Manuel da Costa Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvaes Pias Nogueira e Alvarenga. -----

----- NONO PONTO: Empréstimo de médio e longo prazo, no valor de 795.000.00€, destinado ao financiamento do projeto de investimentos na Requalificação de Equipamentos Desportivos; -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número sete do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a autorização para a contratação de um empréstimo a médio e longo prazo, destinado ao financiamento de projectos de investimento na “Requalificação de Equipamentos Desportivos”, até ao montante de 795.000,00€ (setecentos e noventa e cinco mil euros), ao Banco BPI,SA, em conformidade com o disposto na alínea f) do nº 1 e nº 4 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com o nº 5 do art.º 49º da Lei nº 73/2013 de 03 de setembro, dado que a proposta número seis, aprovada na sessão deste órgão de trinta de junho, do corrente ano, encontra-se sem efeito, no seguimento da anulação do contrato de financiamento celebrado entretanto, conforme deliberação da Câmara Municipal de vinte e sete de setembro do corrente ano” -----

----- A proposta número sete foi aprovada por dezoito votos a favor e dezasseis abstenções dos seguintes membros: António Carlos da Cunha Pacheco, Sandra Maria Leonor Pereira da Silva, Virgínia Luzia dos Santos Monteiro em substituição de Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, Fátima Marisa da Silva Pereira, Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto em substituição de João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho, Abílio José Barbosa Pacheco em substituição de Manuel Campos de Sousa Neto, Cidália de Lurdes Pereira Neto, António Filipe Cardoso Barbosa, José



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Manuel Teixeira Gonçalves, Agostinho Paulo Teixeira Moreira em substituição de Ana Sofia Martins Bessa, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Alberto Carlos Bessa de Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, Joaquim Ferreira Pereira representante legal de João Fernando Pinto Magalhães, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas, Armando da Costa Silva presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) e Fausto Manuel da Costa Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares Pias Nogueira e Alvarenga -----

----- DÉCIMO PONTO: Compromissos Plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento das informações de abertura de concurso para as empreitadas: – Acesso à EB1/JI de Boavista – Silvares desde o entroncamento da E.M. 605 à E.N. 207; e - Beneficiação da Rua Fonte de St.º António e Beneficiação do CM 1156 desde a Rotunda da Juventude à E.N. 106 em Lodares, situações em que o valor do compromisso plurianual não excede o limite de 99.759,58€, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos, em conformidade com o nº 3 do artº 6º da Lei nº 8/12 de 21 fevereiro alterada e republicada pela Lei nº 22/2015 de 17 de março. -----

----- DÉCIMO PRIMEIRO PONTO. Lousada Séc. XXI – Atividades Desportivas e Recreativas - E.M. – Relatório de Execução Orçamental e Financeira - 2.º trimestre de 2016 -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório de execução orçamental apresentado pelo Conselho de Administração da Lousada Séc. XXI, relativo ao segundo trimestre de 2016 -----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Não houve intervenção do público -----

----- Não tem direito a senha de presença, uma vez que não este presente em pelo menos cinquenta por cento do tempo total da sessão, o seguinte membro: José Martins Ferreira presidente da Junta de Freguesia de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Nevogilde.-----

----- Faltou à sessão o seguinte membro: -----

----- José Oliveira Nunes, presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais. -----

----- Passou-se de seguida à discussão e votação da ata minutada que fica apensa a esta ata e que foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos.

----- Não participou na votação o seguinte membro: António Filipe Cardoso Barbosa -----

----- Eram vinte e três horas e cinquenta e três minutos quando foi dada por encerrada a sessão.-----

A MESA
